

IMPACTOS SOCIAIS E ECONÔMICOS DA CRIAÇÃO DE ASSENTAMENTOS RURAIS NO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DE TAIPU

Rayssa de Lyra Lisboa
Graduanda do Curso de Geografia/UFPB
Bolsista de IC/PIBIC/DGEOC/CNPq
rayssalisboageo@gmail.com

Emília Moreira
Professora do DGEOC/PPGG/UFPB
erodat@hotmail.com

Introdução

Há duas questões antigas relacionadas à propriedade da terra no Brasil: a concentração fundiária e o seu caráter privado, cujas raízes estão relacionadas ao processo histórico de produção do espaço agrário brasileiro. Estas questões estão na base dos conflitos sociais que se desencadearam ao longo do tempo no campo.

De acordo com Strazzacappa (2006), apesar da questão agrária se fazer presente nas oito constituições promulgadas a partir da proclamação da Independência do Brasil, a legislação brasileira não foi capaz de por fim à propriedade privada da terra, nem de garantir o acesso à terra a quem nela trabalha. Na verdade o que tem se observado é a multiplicação dos conflitos de terra comprovando que, ao contrário do que foi difundido nos anos de 1970 e 1980, a questão agrária continua atual no país.

A ação do Estado tem se limitado à desapropriação de terras e à criação de Assentamentos Rurais nas áreas onde a violência dos donos, da polícia e da justiça não foi capaz de calar os trabalhadores e impedir a continuidade da luta. Na Paraíba, segundo Rodrigues (2012), entre 1970 e 2008 mais de 200 conflitos agrários tiveram lugar muitos dos quais deram origem a Projetos de Assentamentos.

Neste trabalho buscamos recuperar o processo que deu origem a luta pela terra em um município do estado da Paraíba – Brasil, o de São Miguel de

Taipu e os impactos sociais e econômicos da criação de Assentamentos Rurais dele resultantes. Para a realização da pesquisa foram utilizados: a) a pesquisa bibliográfica e documental; b) os dados fornecidos pelos censos agropecuários da Paraíba de 1996 e 2006 e pelos censos demográfico de 1970, 1980, 1991 e 2010; c) o demonstrativo dos Projetos de Assentamento criados na Paraíba entre 1986 a 2010, fornecido pelo Incra e o trabalho de campo e; d) o trabalho de campo.

O texto está desenvolvido em cinco sessões. Na primeira é feita uma breve caracterização da questão agrária municipal. Na segunda analisa-se os impactos fundiários da criação de Assentamentos rurais no município. Na terceira sessão discute-se os impactos da criação dos Assentamentos na dinâmica da população. Na quarta sessão apresenta-se os impactos dos Assentamentos na saúde da população assentada. Na quinta sessão aborda-se os impactos dos Assentamentos na feira livre e no comércio local. Na última parte, são apresentadas as principais conclusões do trabalho.

1. A questão agrária em São Miguel de Taipu

O município de São Miguel de Taipu acha-se localizado na Mesorregião da Mata Paraibana, Microrregião de Sapé, a 55 quilômetros da capital do estado da Paraíba. Com 92 km² ele se situa na várzea de um dos principais rios que cortam a região, o rio Paraíba. Os dados históricos revelam que os engenhos foram os elementos da atividade econômica que propiciaram a sua formação territorial.

O principal engenho era o Taipu, e foi através dele que surgiu o núcleo habitacional que deu origem ao município. Os engenhos além de plantarem cana também criavam gado. Nesses engenhos viviam centenas de moradores que em troca de um sítio pagavam um dia de trabalho gratuito aos patrões. Segundo depoimento de uma filha de antigos moradores do engenho Maravalha, alguns proprietários não aceitavam facilmente moradores no interior da propriedade cedendo casas para eles residirem na cidade. Eles também não cediam terras para os trabalhadores os quais eram pagos com um pequeno salário. Estes se quisessem ter um roçado para plantar alimentos, tinham que solicitar terra a outros proprietários a quem pagavam uma renda em produto. Nesse caso o

nível de exploração do trabalho e a pobreza eram muito grandes. Entre 1970 e 1990 muitos trabalhadores dos engenhos e fazendas foram expulsos do campo no bojo do processo de expansão da atividade canavieira pelo Proálcool. O período de maior decréscimo da população rural do município se deu justamente na fase de apogeu desse Programa, entre 1970 e 1980 quando esta se reduziu em mais de 60%. Essa queda da população rural também se verificou na década seguinte quando a população rural decresceu mais de 20%.

A elevada concentração fundiária, o desemprego, as condições de extrema exploração do trabalho, a falta de terra para plantar foram fatores desencadeantes da luta pela terra no município. Na década de 1990, os trabalhadores sem terra se organizaram com o apoio da CPT e do MST com o apoio irrestrito da paróquia local, para lutar pelo direito à terra. Desta luta resultou a criação de 06 Projetos de Assentamento quais sejam: Amarela I, Amarela II, Novo Taipu, Antônio Conselheiro, Água Branca, Maravalha e Mata de Vara. A criação desses assentamentos foi responsável por impactos sociais e econômicos importantes que se refletem na vida da população e na dinâmica territorial.

2. Impactos fundiários da criação dos Projetos de Assentamento

Entende-se por impacto fundiário “as mudanças levadas a efeito na distribuição da propriedade da terra promovidas por vários fatores tais como: a modernização técnica da agricultura, o avanço do agronegócio, a criação de Assentamentos, entre outros” (MOREIRA, 2001, apud MOREIRA et al. 2001, p.2). Este impacto pode ser caracterizado tanto pelo aumento da concentração como pela redução da mesma, bem como pela relação da área conquistada pelos trabalhadores no total da área agrícola do país, da região ou do município estudado (MOREIRA et al., 2001). Interessa-nos identificar os impactos fundiários decorrentes da criação de Assentamentos no município de São Miguel de Taipu.

A estrutura fundiária do município caracterizava-se historicamente pela fortíssima concentração. Esta, porém, apresentou um significativo recuo entre 1995 e 2006 (Quadro 1).

**Quadro 1 – Estrutura Fundiária do município de São Miguel de Taipu
– 1995-2006**

| Classes de área em hectares | 1995 | | | | 2006 | | | | Tx. de Crescimento no período (%) | Tx. de Crescimento no período (%) |
|-----------------------------|------------|------------|---------------|--------------|------------------|--------------|-------------|--------------|-----------------------------------|-----------------------------------|
| | Est. | % | Área | % | Estabelecimentos | % | Área | % | Estabelecimentos | Área |
| Menos de 10 | 297 | 95,2 | 524,3 | 10,5 | 580 | 93,2 | 2800 | 57,3 | 95,3 | 434 |
| De 10 a menos de 20 | 3 | 1 | 30 | 0,6 | 26 | 4,2 | 303 | 6,2 | 766,7 | 910 |
| De 20 a menos de 50 | 0 | 0 | 0 | 0 | 7 | 1,1 | 208 | 4,3 | 100,0 | 100,0 |
| De 50 a menos de 100 | 2 | 0,6 | 156 | 3,1 | 5 | 0,8 | 390 | 8 | 150,0 | 150,0 |
| De 100 a menos de 500 | 6 | 1,9 | 970 | 19,4 | 3 | 0,5 | 442 | 9 | -50,0 | -54,4 |
| De 500 a menos de 1000 | 4 | 1,3 | 3321,5 | 66,4 | 1 | 0,2 | 746 | 15,3 | -75,0 | -77,5 |
| Total | 312 | 100 | 5001,8 | 100,0 | 622 | 100,0 | 4889 | 100,0 | 99,4 | -2,3 |

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário 1995-96 e 2006

De fato, se analisarmos os dados censitários destes dois períodos, constatamos que em 1995 os estabelecimentos com menos de 10 hectares, embora fossem os mais numerosos, representando 95,2% do total dos estabelecimentos existentes, apropriavam-se de apenas de 10,5% da área agrícola municipal. Os estabelecimentos com menos de 50 hectares também eram numerosos, e totalizavam 96,2% dos estabelecimentos, porém apropriavam-se de apenas de 11,1% da área agrícola total (Quadro 1). Enquanto isso, os estabelecimentos com mais de 100 hectares, que eram apenas 10 representavam 3,2% do total dos estabelecimentos e apropriavam-se de 85,8% do total da área agrícola de São Miguel de Taipu (Quadro 1). Nesse grupo, os estabelecimento com dimensão entre 500 e 1000 hectares que eram apenas 4 (1,3% do total) ocupavam 66,4% da área agrícola municipal e o tamanho médio desses estabelecimentos era de 830,4 hectares (Quadro 1). Em 2006, os estabelecimentos rurais com menos de 10 hectares aumentaram em número e área ocupada. Eles passaram de 257 em 1995 para 580 em 2006 o que significa um crescimento de 95,3% no período (Quadro 1). No que se refere à área por eles ocupada, ela passa de 524,3 hectares em 1995 para 2.799,0 hectares em 2006, o que representa 57,3% da área agrícola total. O que vale dizer que a área apropriada pelos micro-estabelecimentos cresceu 434,0% no período (Quadro 1).

Os estabelecimentos com menos de 50 hectares que eram 300 em 1995 atingem o número de 613 em 2006, passando a representar 98,4% do total dos estabelecimentos. Isto significa um aumento desses estabelecimentos da ordem de 104,3% entre 1995 e 2006. A área por eles ocupada também cresceu significativamente. Ela passou de 554,3 hectares em 1995 para 3.311,0 hectares em 2006, o que significa um crescimento médio desses estabelecimentos no período equivalente a 497,3% (Quadro 1).

Enquanto isso os estabelecimentos de 100 a menos de 1000 hectares caíram de 10 em 1995 para apenas 4 em 2006. Destes quatro, apenas 1 tinha mais de 500,0 hectares (Quadro 1). Desse modo, assistiu-se na década estudada uma redução da ordem de 60% no número de estabelecimentos maiores de 100 hectares no município e de 75% dos estabelecimentos entre 500 e 1000 hectares. A área ocupada pelos maiores estabelecimentos também reduziu-se significativamente, passando de 4.291,5 hectares para 893,3

hectares. A área dos estabelecimentos de 500,0 a 1000,0 hectares declinou de 3.321,5 hectares para 746,0 hectares o que representa uma taxa de crescimento negativa da ordem de 77,5%.

O que se constata do exposto é que houve uma reversão do grau de concentração da propriedade da terra no município, representada pela territorialização dos menores estabelecimentos e uma retração tanto do número quanto da área dos maiores. Sendo São Miguel de Taipu um município de tradição latifundiária, a que se deveria tal mudança? Seria este um impacto da criação dos Assentamentos?

Analisando os dados relativos aos Assentamentos criados no município verifica-se que sua criação teve início em 1995 (Quadro 2) com a criação dos Projetos de Assentamento Amarela I e Amarela II, resultantes da desapropriação das parcelas B e C do imóvel Engenho Novo (que havia sido fragmentado) (Quadro 2). Em 1998 foi criado o Projeto de Assentamento Novo Taipu, resultante da desapropriação do imóvel Engenho Itaipu. Em 2000 surge o Projeto de Assentamento Antonio Conselheiro, resultante da desapropriação do Engenho Itapuá e em 2005 foram criados os Projetos de Assentamento Água Branca, Maravalha e Mata de Vara como resultantes respectivamente da desapropriação dos imóveis Condomínio Tubiacanga, Fazenda Maravalha e Fazenda Mata de Vara (Quadro 2).

Quadro 2 – Assentamentos rurais do município de São Miguel de Taipu

| Nome do Imóvel | Nome do Assentamento | Área Desapropriada | Nº. de famílias assentadas | Decreto de Desapropriação/aquisição ou convênio | Data da Imissão de posse |
|---------------------------|-----------------------------|---------------------------|-----------------------------------|--|---------------------------------|
| Engenho Novo – Quinhão 9C | Amarela I | 523,2500 | 54 | 25/03/1995 | 01/09/1995 |
| Eng. Novo Quinhão 9B | Amarela II | 523,4500 | 42 | 12/01/1995 | 04/10/1995 |

| | | | | | |
|-----------------------|---------------------|------------|-----|-------------------|-------------|
| Engenho Itaipu | Novo Taipu | 800,0000 | 60 | 19/08/1997 | 18/12/1999 |
| Engenho Itapuá | Antonio Conselheiro | 930,1400 | 120 | 07/10/1999 | 06/01/1999 |
| Condomínio Tubiacanga | Agua Branca | 523,4500 | 73 | 21/09/2004 | 31/05/2005 |
| Maravalha | Maravalha | 234,7567 | 44 | Conv-Incra-Estado | Reconhecido |
| Mata de Vara | Mata de Vara | 566,9567 | 106 | Conv-Incra-Estado | Reconhecido |
| 06 Imóveis | 07 PAs | 4.102,0034 | 499 | | |

Fonte: INCRA. Demonstrativo das Áreas de Assentamento na Paraíba, 1986-2010.

A área total destes assentamentos criados entre os anos de 1995 e 2005, de 4.160,9 hectares (Quadro 2), corresponde a 85,1% da área dos estabelecimentos agrícolas do município de São Miguel de Taipu, que é de 4.888,0 hectares segundo o censo agropecuário de 2006 (Quadro 1). A diferença entre a área agrícola municipal e a área ocupada por um único estabelecimento maior de 500,0 hectares é quase igual. Evidentemente que os dados censitários não devem ser considerados como dados brutos uma vez que eles representam o resultado de um levantamento amostral. Nesse sentido vale dizer que se deve considerar a tendência dos dados e esta é muito clara no município de São Miguel de Taipu: houve um processo de territorialização da pequena unidade de produção camponesa com certeza em sua maior parte determinada pela desapropriação dos 6 imóveis rurais e a criação dos 7 Assentamentos de reforma agrária.

3. Impactos da criação de Projetos de Assentamento sobre a população rural

No que se refere à população, a análise dos dados censitários de 1970, 1980 e 1991 demonstra que o período de modernização da atividade canavieira na Zona da Mata Paraibana coincidiu com uma forte retração da população rural. De fato, como pode ser visto no Quadro 4, entre 1970 e 1980 a taxa de crescimento médio da população rural foi negativa e muito elevada, da ordem de -66,5%. Imaginamos que grande parte dos antigos moradores foram expulsos das propriedades nesse período para que o proprietário substituisse seus sítios por cana. O trabalho de campo buscará confirmar esta hipótese. Entre 1980 e 1991 esta tendência de esvaziamento do campo persiste mesmo que em ritmo menos acentuado. A população rural do município declina nesse período a uma taxa de 24,4% (Tabela 1). É importante destacar que a partir de 1986 já tem início a crise da atividade canavieira que afetará fortemente os estabelecimentos fornecedores de cana da região e culminará na década de 1990 com a falência de 3 das 5 usinas de açúcar tradicionais da Zona da Mata, com a falência das pequenas destilarias de álcool, com a diminuição da produção das destilarias autônomas e com um recuo muito forte da área plantada com cana. O desemprego atingia as famílias que expulsas do campo converteram-se em assalariadas da cana.

Entre 1991 e 2010 assiste-se um comportamento totalmente inverso da população rural. Esta cresce no período 121,1% passando de 1.682 pessoas para 3.719 (Tabela 1).

Tabela 1 – Evolução da população rural de São Miguel de Taipu entre 1970 e 2010.

| População Rural Total | | | | Taxa de crescimento no período (%) | | |
|-----------------------|-------|------|------|------------------------------------|-----------|-----------|
| 1970 | 1980 | 1991 | 2010 | 1970/1980 | 1980/1991 | 1991/2010 |
| 6634 | 2.225 | 1682 | 3719 | -66,5 | -24,4 | 121,1 |

Fonte: IBGE. Censo demográfico 1970, 1980, 1991, 2010

Essa mudança no comportamento da população teria alguma relação com a criação dos assentamentos no município? Considerando que entre 1995 e 2005 foram assentadas 449 famílias em São Miguel de Taipu e considerando ainda com base em várias pesquisas efetuadas pelo GETEC, que o tamanho médio das famílias rurais aí incluídas as famílias das áreas de assentamento tem girado em torno de 4 pessoas, pode-se inferir que aproximadamente 2.000 pessoas estão vivendo nos assentamentos situados na zona rural do município. Levando-se em conta que o aumento do número de pessoas residentes na zona rural entre 1991 e 2010 foi de 2.027 pessoas, aquele número é muito próximo deste.

Não se pode perder de vista que esses dados são aproximações do real, indicações de tendências. Com certeza uma parte dos assentados, mesmo que pequena, era ainda moradora das propriedades segundo constataam alguns depoimentos de antigos trabalhadores da fazenda Maravalha. Mas é certo também que muitos trabalhadores que viviam na cidade, seja por terem sido expulsos do campo seja porque não tinham condições de adquirir a terra para trabalhar e viver do fruto do seu trabalho, participaram da luta e retornaram ao campo. Também tivemos conhecimento através de entrevistas feitas com membros da CPT que famílias sem terra de municípios vizinhos também se integraram à luta dos trabalhadores sem terra do município e hoje estão assentadas nos Assentamentos criados em São Miguel de Taipu.

No que se refere à população urbana, os dados relativos à evolução da população residente na cidade de São Miguel de Taipu demonstram que esta vem crescendo desde a década de 70 do século XX. Mas a maior taxa média de crescimento verificada, de 50,3%, se deu justamente entre 1970 e 1980 (Tabela 2), coincidindo com a década em que a população rural decresceu de modo mais significativo (Tabela 1).

Tabela 2 - Evolução da população urbana de São Miguel de Taipu entre 1970 e 2010

| População Urbana Total | | | | Taxa de crescimento no período (%) | | |
|------------------------|-------|-------|-------|------------------------------------|-----------|-----------|
| 1970 | 1980 | 1991 | 2010 | 1970/1980 | 1980/1991 | 1991/2010 |
| 1.337 | 2.010 | 2.531 | 2.977 | 50,3 | 25,9 | 17,6 |

Fonte: IBGE. Censo demográfico 1970, 1980, 1991, 2010.

Nas décadas seguintes a população urbana continuou crescendo, porém a taxas bem menores (Tabela 2).

Com base no exposto é possível afirmar que a criação dos 7 assentamentos rurais em São Miguel de Taipu foi responsável pelo aumento da população residente na zona rural, pela fixação dessa população no campo e pelo retorno ao campo de parte da população que dali foi expulsa no período áureo do Proálcool.

4. Impactos da criação de Projetos de Assentamento sobre a saúde da população assentada

Os trabalhos de campo realizados permitiram constatar que houve uma melhoria no que se refere ao acesso aos serviços de saúde por parte da população assentada. Além da instalação de Postos de Saúde da Família na zona rural do município dois deles foram implementados nos assentamentos Novo Taipu e Antônio Conselheiro. As unidades de saúde dos assentamentos foram instaladas após sua criação. Só em casos de urgência ou de falta de médico nos Postos de Saúde é que os assentados recorrem a Unidade de Saúde da sede do município ou a hospitais situados na capital do estado. Porém, segundo os agentes de saúde entrevistados, isto ocorre com pouca frequência. Os medicamentos utilizados, via de regra são distribuídos pelas unidades de saúde. Quando isso não ocorre os assentados adquirem os medicamentos na farmácia da cidade.

A saúde dos assentados também é influenciada pela melhoria do padrão alimentar. Segundo depoimento de um assentado do PA Maravalha:

No assentamento não falta comida não, tudo que nós planta, nós come e vende. A melhor coisa do mundo prá minha família foi esse pedacinho de terra, que dá prá todo mundo, prá mim e meus filhos se alimentarem de lá.
(Depoimento do assentado J.G. do PA Maravalha).

5. Impactos da criação de Projetos de Assentamento sobre o comércio e a feira livre

A criação dos Assentamentos é responsável por uma produção mais diversificada de alimentos no município. A pauta da produção agrícola dos mesmos é composta principalmente pelo inhame, a macaxeira, o milho, o feijão, o tomate, o pimentão e a mandioca. Além da produção agrícola a grande maioria dos assentados também cria animais. A comercialização do excedente da produção é feita em parte através de atravessadores e em parte de forma direta nas feiras livres da cidade de São Miguel de Taipú.

Segundo depoimentos colhidos na pesquisa de campo, depois da instalação dos assentamentos aumentou a oferta de alimentos na feira livre e pelo fato dos produtos serem produzidos no próprio município os preços ficam mais baixos. Além da oferta de frutas e verduras, também aumentou a oferta de carne (galinha, bode, porco). Os assentados trazem para vender na feira, e assim, os compradores conhecem a procedência do produto.

O comércio da cidade também foi dinamizado com a criação dos PAs uma vez que grande parte das necessidades dos assentados é suprida pelo comércio local. Durante a pesquisa de campo localizamos numa loja de material de construção um assentado em uma loja de material de construção localizada no centro da cidade, comprando utensílios para agricultura.

Considerações finais

Os resultados preliminares da pesquisa aqui apresentados dão conta de que a concentração de assentamentos num município pouco populoso e com uma forte concentração fundiária como São Miguel de Taipu é responsável por profundos impactos sociais e econômicos. Não resta dúvida, porém que a distribuição mais equitativa da terra não só contribui para diminuir a exclusão e

as injustiças sociais no campo como permite fixar a população reduzindo o êxodo rural. É preciso, porém atentar que no Brasil a política de distribuição de terras e de criação de assentamentos voltada principalmente para atenuar os conflitos agrários é insuficiente e ineficiente.

Referências

MOREIRA, Emilia. Impactos da reforma agrária sobre a estrutura fundiária e o uso do solo no Estado da Paraíba. João Pessoa, Relatório Técnico de Pesquisa, 2001.

RODRIGUES, Luanna Louyse. Disputas territoriais e Justiça: um olhar sobre a violência no campo paraibano. Aracaju: Dissertação de Mestrado. NPGeo-UFS, 2012.

STRAZZACAPPA, Cristina. A luta pelas terras no Brasil: das Sesmarias ao MST. São Paulo: Moderna, 2006.

IBGE. Censo Demográfico 1970, 1980, 1991, 2010.

IBGE. Censo Agropecuário 1995-96 e 2006.